CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER JUDICIÁRIO
Concurso Público para provimento de cargos de
Atividade Notarial e de Registro

Nº de Inscrição
MODELO

Caderno de Prova A01 , Tipo 2
00000000000000000

00001-000-002

P R O V A
Conhecimentos Gerais de Direito Conhecimentos Gerais sobre Direito Notarial e Registral Conhecimentos Técnicos Específicos sobre as Funções Notariais e de Registro

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 90 questões, numeradas de 1 a 90.
  Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Outubro/2007

CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

1. Considere as seguintes assertivas sobre o Sistema Tributário Nacional:

I. É vedado à União, Estados e Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

II. A União poderá instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

III. É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

IV. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e III.
(B) I, II e III.
(C) I, II e IV.
(D) I, III e IV.
(E) I e IV.

2. Martim nasceu na cidade de Madrid na Espanha, filho de pais espanhóis, e veio para o Brasil quando tinha dez anos de idade. Após residir por mais de vinte anos ininterruptos no Brasil, sem qualquer condenação penal, requereu e obteve a nacionalidade brasileira neste ano de 2007. A partir de então, Martim poderá exercer, dentre outros, o cargo de

(A) Ministro do Estado da Defesa.
(B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
(C) Carreira diplomática.
(D) Presidente da Câmara dos Deputados.
(E) Presidente do Senado Federal.

3. No que concerne aos serviços notariais e de registro, é certo que

(A) a lei estadual de cada Estado da Federação estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

(B) lei ordinária definirá a fiscalização dos atos dos notários, dos oficiais de registros e de seus prepostos pelo Poder Judiciário.

(C) são exercidos em caráter público, por delegação do Poder Público.

(D) a lei complementar regulará as atividades e disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos.

(E) O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de um ano.

4. NÃO é considerado um objetivo da seguridade social:

(A) universalidade da cobertura e do atendimento.

(B) diversidade da base de financiamento.

(C) eqüidade na forma de participação no custeio.

(D) diversidade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

(E) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

5. A cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto denomina-se

(A) condição.
(B) encargo resolutivo.
(C) termo inicial.
(D) encargo.
(E) termo final.

6. A respeito do negócio jurídico, considere:

I. Objeto indeterminável.
II. Coação.
III. Lesão.
IV. Objeto ilícito.
V. Dolo.
VI. Incapacidade relativa do agente.

Implicam em nulidade do negócio jurídico as causas indicadas SOMENTE em

(A) IV, V e VI.
(B) I, III e V.
(C) I e IV.
(D) II, III e VI.
(E) II, IV e V.

7. A apresentação de título de crédito em concurso de credores

(A) suspende a decadência
(B) suspende a prescrição.
(C) impede a prescrição.
(D) interrompe a decadência.
(E) interrompe a prescrição.

8. A respeito da preempção ou preferência, é correto afirmar que

(A) quando o direito de preempção for estipulado em favor de dois ou mais indivíduos em comum, cada qual poderá exercer seu direito em até metade da coisa.

(B) o direito de preempção caduca, inexistindo prazo estipulado, se a coisa for móvel, nos sete dias subseqüentes à data em que o comprador tiver notificado o vendedor.

(C) o prazo para exercer o direito de preferência não poderá exceder a cento e oitenta dias, se a coisa for móvel, ou a dois anos, se imóvel.

(D) o direito de preempção caduca, inexistindo prazo estipulado, se a coisa for imóvel, nos trinta dias subseqüentes à data em que o comprador tiver notificado o vendedor.

(E) o direito de preempção ou preferência pode ser cedido a terceiros e passa aos herdeiros e sucessores.

9. Na locação de coisas por prazo determinado,

(A) o locatário goza do direito de retenção, no caso de benfeitorias úteis, ainda que tenham sido feitas sem o expresso consentimento do locador.

(B) se, findo o prazo contratual, o locatário, notificado, não restituir a coisa, pagará, enquanto a tiver em seu poder, o aluguel que o locador arbitrar e que não poderá ser reduzido pelo juiz ainda que excessivo.

(C) se, findo o prazo, o locatário continuar na posse da coisa alugada, sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação pelo mesmo aluguel e pelo mesmo prazo anteriormente estabelecido.

(D) morrendo o locatário, o contrato extingue-se de pleno direito, não se transferindo aos seus herdeiros.

(E) não poderá o locatário devolver a coisa ao locador, senão pagando, proporcionalmente, a multa prevista no contrato.

10. O mandato

(A) que não tiver prazo estabelecido na procuração não se extingue pela morte ou interdição de uma das partes.

(B) pode ser especial a um ou mais negócios determinadamente, ou geral a todos os do mandante.

(C) deve conter a indicação do lugar em que foi passado e não poderá ser verbal, nem tácito.

(D) outorgado por instrumento público não se pode substabelecer por instrumento particular.

(E) para transigir independe de procuração com poderes especiais e expressos.

11. A respeito do comodato é correto afirmar:

(A) No comodato presumem-se devidos juros, os quais, sob pena de redução, não poderão exceder o preço médio de mercado.

(B) O comodatário pode recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.

(C) Os tutores e curadores poderão dar em comodato, sem autorização especial os bens confiados à sua guarda.

(D) Se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, ficarão solidariamente responsáveis para com o comodante.

(E) O comodato é o empréstimo oneroso de coisas fungíveis e perfaz-se com a tradição do respectivo objeto.

12. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, adquirirá a propriedade de área de terra em zona rural não superior a

(A) 100 hectares, que possua como sua, por no mínimo cinco anos ininterruptos, sem oposição, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.

(B) 50 hectares, que possua como sua, por no mínimo dez anos ininterruptos, sem oposição, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.

(C) 50 hectares, que possua como sua, por no mínimo cinco anos ininterruptos, sem oposição, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.

(D) 30 hectares, que possua como sua, por no mínimo cinco anos ininterruptos, sem oposição, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.

(E) 30 hectares, que possua como sua, por no mínimo dez anos ininterruptos, sem oposição, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.

13. No condomínio edilício, a construção de outro pavimento destinado a conter novas unidades imobiliárias depende da aprovação

(A) da unanimidade dos condôminos.

(B) da maioria dos votos dos condôminos presentes à assembléia.

(C) de dois terços dos votos de todos os condôminos.

(D) de dois terços dos votos dos condôminos presentes à assembléia.

(E) da maioria dos votos de todos os condôminos.

14. A respeito do usufruto, é certo que:

(A) Não se pode transferir o usufruto por alienação, mas o seu exercício pode ceder-se por título gratuito ou oneroso.

(B) Se a coisa estiver segurada, incumbe ao proprietário pagar as contribuições do seguro.

(C) O usufrutuário pode mudar a destinação econômica do prédio sem expressa autorização do proprietário.

(D) O usufrutuário é obrigado a pagar as deteriorações resultantes do exercício regular do usufruto.

(E) Incumbe ao proprietário as prestações e os tributos devidos pela posse ou rendimento da coisa usufruída.

15. A respeito da hipoteca é INCORRETO afirmar que

(A) mediante simples averbação, requerida por ambas as partes, poderá prorrogar-se a hipoteca, até perfazer vinte anos, da data do contrato.

(B) o adquirente de imóvel hipotecado, desde que não se tenha obrigado pessoalmente a pagar as dívidas aos credores hipotecários, poderá exonerar-se da hipoteca, abandonando-lhes o imóvel.

(C) é válida a cláusula que proíbe ao proprietário alienar o imóvel hipotecado.

(D) o dono do imóvel hipotecado pode constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título em favor do mesmo ou de outro credor.

(E) a hipoteca abrange todas as acessões, melhoramentos ou construções do imóvel.

16. No regime de comunhão parcial, entram na comunhão

(A) os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge.

(B) os bens adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares.

(C) as obrigações anteriores ao casamento.

(D) os bens que sobrevieram, na constância do casamento, por doação ou sucessão.

(E) as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge.

17. A respeito do casamento, é correto afirmar:

(A) Tanto os impedimentos quanto as causas suspensivas do casamento poderão ser opostos verbalmente, dentro do prazo do edital de habilitação.

(B) O casamento celebrado no Brasil prova-se pela certidão do registro. Justificada a falta ou perda do registro civil, é admissível qualquer outra espécie de prova.

(C) O nubente que, por manifestar-se arrependido, der causa à suspensão da celebração do casamento poderá retratar-se no mesmo dia.

(D) A eficácia da habilitação para o casamento será de trinta dias, a contar da data em que foi extraído o certificado.

(E) Poderá ser anulado o casamento de que resultou gravidez, por não ter um dos cônjuges completado a idade mínima para casar.

18. A respeito da filiação, considere:

I. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos nascidos nos trezentos dias subseqüentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento.

II. Cabe ao marido o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, prescrevendo tal ação em cinco anos contados do nascimento.

III. A prova da impotência do cônjuge para gerar, à época da concepção, ilide a presunção da paternidade.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

(A) II e III.
(B) I e III.
(C) I e II.
(D) III.
(E) II.

19. No que concerne ao pagamento, no direito das obrigações, de acordo com o Código Civil, é correto afirmar que

(A) em regra, efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.

(B) o pagamento feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, não obriga a reembolsar aquele que pagou, se o devedor tinha meios para ilidir a ação.

(C) o terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, sub-rogando-se nos direitos do credor.

(D) não vale o pagamento cientemente feito ao credor incapaz de quitar, mesmo se o devedor provar que em benefício dele efetivamente reverteu.

(E) a entrega do título ao devedor firma a presunção do pagamento, ficando sem efeito a quitação assim operada se o credor provar, no prazo máximo de 120 dias, a falta do pagamento.

20. Considere o seguinte conceito: “Substituição nos direitos creditórios daquele que solveu obrigação alheia ou emprestou a quantia necessária para o pagamento que satisfez o credor”. Trata-se da:

(A) Novação.

(B) Imputação do pagamento.

(C) Sub-rogação pessoal.

(D) Dação em Pagamento.

(E) Compensação.

21. Maria é casada com Paulo e não tem filhos, possuindo genitores ainda vivos. Todos os seus avós são falecidos. No dia 22 de Setembro de 2007, Maria faleceu em um acidente automobilístico e não deixou testamento. A sucessão legítima dos bens deixados pela falecida ocorrerá da seguinte forma:

(A) os ascendentes serão chamados em concorrência com o cônjuge sobrevivente Paulo, pouco importando o regime matrimonial adotado, cabendo aos ascendentes 2/3 da herança e ao cônjuge 1/3.

(B) os ascendentes serão chamados em concorrência com o cônjuge sobrevivente Paulo, desde que este não fosse casado com a finada no regime da separação obrigatória de bens, cabendo aos ascendentes a metade da herança e ao cônjuge sobrevivente a outra metade.

(C) os ascendentes serão chamados em concorrência com o cônjuge sobrevivente Paulo, desde que este não fosse casado com a finada no regime da comunhão universal, cabendo aos ascendentes a metade da herança e ao cônjuge sobrevivente a outra metade.

(D) os ascendentes serão chamados em detrimento do cônjuge sobrevivente Paulo se ao tempo do falecimento o casal estava separado de fato há um ano, por culpa exclusiva da falecida.

(E) o cônjuge será chamado em primeiro lugar se for casado com a falecida no regime da comunhão universal.

22. No que concerne às sucessões em geral, considere as seguintes assertivas sobre a herança e sua administração:

I. Até o compromisso do inventariante, a administração da herança de pessoa falecida, que vivia com uma companheira de nome Joana há mais de dez anos e tinha dois filhos, sendo João, com 30 anos e Marcela com 28 anos, caberá, sucessivamente, à João, Marcela e Joana.

II. O co-herdeiro não poderá ceder a sua quota hereditária a pessoa estranha à sucessão, se outro co-herdeiro a quiser, tanto por tanto.

III. O direito à sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o co-herdeiro, pode ser objeto de cessão por escritura pública ou particular, mediante prévia autorização do juiz da sucessão.

IV. O herdeiro não responde por encargos superiores às forças da herança, cabendo a ele, porém, a prova do excesso, salvo se houver inventário que a escuse, demonstrando o valor dos bens herdados.

De acordo com o Código Civil está correto o que se afirma APENAS em

(A) III e IV.

(B) I, II e III.

(C) I, II e IV.

(D) II, III e IV.

(E) II e IV.

23. Com relação às disposições gerais previstas no Código Civil a respeito dos títulos de crédito é certo que

(A) o pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval, sendo vedado o aval parcial.

(B) o credor é obrigado a receber o pagamento antes do vencimento do título, e aquele que o paga, antes do vencimento, fica responsável pela validade do pagamento.

(C) a omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.

(D) aquele que, sem ter poderes, lança a sua assinatura em título de crédito, como mandatário, fica pessoalmente obrigado, mas, pagando o título, não terá os mesmos direitos que teria o suposto mandante.

(E) é vedado expressamente o preenchimento do título de crédito incompleto ao tempo da emissão, inclusive se preenchido em conformidade com os ajustes realizados.

24. Considere as seguintes assertivas a respeito da Transformação, da Incorporação, da Fusão e da Cisão das Sociedades:

I. Até seis meses após publicados os atos relativos à incorporação, fusão ou cisão, o credor anterior, por ela prejudicado, poderá promover judicialmente a anulação deles.

II. O ato de transformação independe de dissolução ou liquidação da sociedade, e obedecerá aos preceitos reguladores da constituição e inscrição próprios do tipo em que vai converter-se.

III. Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo dois terços delas aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos.

IV. A fusão determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.

De acordo com as normas previstas no Código Civil brasileiro está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e IV.

(B) I e III.

(C) I e IV.

(D) I, II e IV.

(E) II e III.

25. Mário, 30 anos, empresário, proprietário da lanchonete GFG, em razão de um acidente ficou absolutamente incapaz de exercer os atos da vida civil. Neste caso, Mário

(A) não poderá continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, uma vez que, neste caso específico, a condição de empresário será transferida necessariamente aos descendentes, ascendentes ou colaterais capazes.

(B) não poderá continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, uma vez que só podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.

(C) poderá, devidamente representado, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, mas a este ato precederá autorização judicial.

(D) não poderá continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, uma vez que só poderia continuar a exercer se a sua incapacidade fosse relativa e não absoluta.

(E) poderá, devidamente representado, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, não sendo necessária prévia autorização judicial.

26. De acordo com a Lei nº 11.101/05, em regra, a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial

(A) não suspende o curso da prescrição, mas suspenderá todas as ações e execuções em face do devedor, exceto aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

(B) não suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, mas suspenderá aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

(C) não suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, não suspendendo, também, aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

(D) suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

(E) suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, exceto aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

27. De acordo com o Código de Processo Civil, é defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário quando

(A) for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.

(B) nele estiver postulando, como advogado da parte, parente seu, consangüíneo ou afim, na linha colateral de segundo grau.

(C) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.

(D) interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.

(E) alguma das partes for sua credora ou devedora.

28. Considere as seguintes assertivas sobre a sentença, de acordo com o Código de Processo Civil:

I. A sentença condenatória não produz hipoteca judiciária se o credor puder promover a execução provisória da sentença.

II. Quando o autor tiver formulado pedido certo, é vedado ao juiz proferir sentença ilíquida, mas a sentença pode ser incerta, quando decidir relação jurídica condicional.

III. Condenado o devedor a emitir declaração de vontade, a sentença, uma vez transitada em julgado, produzirá todos os efeitos da declaração emitida.

IV. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença.

De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma APENAS em

(A) III e IV.
(B) I, II e III.
(C) I, III e IV.
(D) II, III e IV.
(E) I e IV.

29. Paulo ajuizou ação cautelar de sustação de protesto contra a empresa Alpha, objetivando sustar o protesto de uma duplicata mercantil. O Magistrado concede a liminar e determina a expedição de ofício ao cartório de protestos. Paulo deverá ajuizar ação principal declaratória de inexigibilidade e nulidade de título de crédito no prazo de:

(A) 90 dias, contados da data da intimação do despacho que concedeu a medida cautelar.

(B) 60 dias, contados da data da intimação do despacho que concedeu a medida cautelar.

(C) 60 dias, contados da efetivação da medida cautelar.

(D) 30 dias, contados da data da intimação do despacho que concedeu a medida cautelar.

(E) 30 dias, contados da efetivação da medida cautelar.

30. No que concerne à comunicação dos atos processuais é correto afirmar:

(A) Encaminhada a carta de intimação de ato processual ao endereço fornecido pela parte em sede de contestação, sem comunicação posterior de alteração, não se presume válida a intimação se não houver prova do seu recebimento pelo destinatário.

(B) A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa, mas quando ordenada por juiz incompetente não constitui em mora o devedor.

(C) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, ao cônjuge do morto no dia do falecimento e nos 10 (dez) dias seguintes.

(D) A carta precatória pode ser expedida por meio eletrônico, situação em que a assinatura do juiz deverá ser eletrônica, na forma da lei.

(E) A prescrição não poderá ser pronunciada de ofício pelo juiz.

31. Sobre a isenção tributária, considere:

I. A isenção, mesmo quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

II. A isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

III. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria;

IV. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

V. A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observado o princípio da anualidade, salvo se a lei for favorável ao contribuinte.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, III e V.
(B) III, IV e V.
(C) I e V.
(D) II e III.
(E) I, II e IV.

32. Sobre a instituição dos impostos, compete:

(A) aos Estados não divididos em Municípios, instituir, apenas, os impostos atribuídos aos Estados.

(B) a todos os Estados, instituir, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios.

(C) à União, instituir, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados e, se aqueles não forem divididos em Municípios, cumulativamente, os atribuídos a estes.

(D) ao Distrito Federal, instituir apenas os impostos atribuídos aos Estados.

(E) aos Estados divididos em municípios, instituir, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios.

33. A respeito do Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU), considere:

I. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

II. A lei estadual pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas em outra lei definidas.

III. Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

IV. Contribuinte do imposto em imóvel alugado é o inquilino.

V. A base do cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e IV.
(B) III e V.
(C) III, IV e V.
(D) II, IV e V.
(E) I e III.

34. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. A prescrição se interrompe

(A) pela juntada do mandado de citação devidamente cumprido, ao respectivo processo de execução fiscal.

(B) pelo protocolo da ação de execução fiscal.

(C) por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

(D) pela citação pessoal feita ao devedor.

(E) pelo despacho do juiz que mandar autuar a petição inicial da execução fiscal.

35. Na apuração de infração penal, caso existam três leis sucessivas sobre o mesmo tema, sendo uma vigente na data dos fatos; outra vigente na data da aplicação da lei; e a terceira, intermediária, isto é, vigente entre a data dos fatos e a data da aplicação da lei ao caso concreto, deve ser aplicada

(A) a lei anterior ou a posterior, nunca a intermediária, mesmo que esta seja mais favorável ao réu.

(B) a lei vigente no momento da apuração dos fatos, mesmo que prejudicial ao réu;

(C) sempre a lei intermediária, mesmo que não seja mais favorável ao réu, porque vigente entre o fato e a sua apuração;

(D) a lei vigente na data em que o fato foi praticado, mesmo que prejudicial ao réu;

(E) a lei intermediária, se for mais favorável ao réu;

36. Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, sendo a ação ou omissão dolosa e os crimes concorrentes resultantes de desígnios autônomos,

(A) aplica-se a pena de um só dos crimes, se idênticos, ou a mais grave, se diversas, aumentando-se, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

(B) aplica-se a pena de um só dos crimes, se idênticas as infrações penais, porém acrescida de um sexto até metade.

(C) aplica-se a pena do crime mais grave, se distintas as infrações penais, acrescida de um sexto até metade.

(D) aplicam-se as penas cumulativamente.

(E) aplica-se a pena de um dos crimes, idênticos ou não, acrescida de um quarto até metade.

37. O prazo da prescrição da pretensão executória, que se verifica depois de transitada em julgado sentença penal condenatória, começa a correr

(A) do dia em que é proferida a sentença condenatória.

(B) do dia em que transita em julgado a sentença, para a acusação.

(C) do dia em que transita em julgado a sentença, para ambas as partes.

(D) do dia em que transita em julgado a sentença, para o réu.

(E) do dia do julgamento do recurso interposto pelo réu.

38. O escrevente de cartório que reconhece, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja,

(A) não comete crime algum porque está no exercício de função pública.

(B) comete crime de falsificação de documento público.

(C) comete crime de falso reconhecimento de firma ou letra.

(D) comete crime de falsidade material de atestado ou certidão.

(E) comete crime de falsa identidade.

39. Sobre a publicidade dos atos processuais, no processo penal, considere:

I. A Constituição Federal e o Código de Processo Penal garantem a publicidade plena dos atos processuais, ressalvadas as hipóteses de defesa da intimidade e de interesse social, ou quando da sessão ou do ato processual, puder resultar escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem.

II. Com a Constituição Federal de 1988 ficaram proibidas, sem ressalvas, as sessões ou julgamentos secretos, bem como o sigilo dos atos processuais.

III. Por força da Constituição Federal, todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

IV. Por força da garantia constitucional da publicidade dos atos processuais, a votação no tribunal do júri pode ser presenciada por qualquer pessoa.

V. No processo penal, o juiz pode decretar o sigilo do processo, proibindo a qualquer do povo, às partes e aos advogados o acesso a ele enquanto durar a instrução.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) III e V.
(B) I, II e IV.
(C) I e III.
(D) II, III e V.
(E) II e IV.

---

40. No processo penal, ausente o advogado constituído pelo réu na audiência para a qual estava regularmente intimado, o juiz

(A) nomeará defensor dativo para o réu, destituindo o defensor constituído e realizará a audiência.

(B) não poderá realizar a audiência, devendo designar nova data e determinar a intimação pessoal do defensor.

(C) realizará a audiência sem a presença do defensor.

(D) nomeará defensor substituto para o ato e realizará a audiência.

(E) destituirá o defensor e marcará nova data para a audiência intimando o réu para constituir novo defensor.

---

41. Nos crimes contra a honra previstos na Lei nº 5.250, de 1967, sendo a ação penal iniciada por queixa-crime, a defesa prévia deve ser apresentada

(A) antes do recebimento da queixa-crime.

(B) depois de ouvidas todas as testemunhas.

(C) depois do recebimento da queixa-crime, mas antes do interrogatório do querelado.

(D) depois do interrogatório.

(E) depois de ouvidas as testemunhas do querelante.

42. Se as testemunhas de defesa não forem encontradas e o acusado, dentro em 3 (três) dias, não indicar outras em substituição, o juiz

(A) aplicará multa ao réu por estar procrastinando o processo.

(B) prosseguirá nos demais termos do processo.

(C) mandará intimar novamente o defensor para indicar outras testemunhas.

(D) mandará intimar o réu, pessoalmente, para indicar outras testemunhas.

(E) aplicará multa à testemunha não encontrada.

---

43. Segundo a Constituição Federal Brasileira, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por

(A) três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares.

(B) três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

(C) dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis ordinárias.

(D) dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares.

(E) um terço dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

---

44. A Constituição Federal de 1988, prevê a dignidade da pessoa humana como

(A) princípio específico da Seguridade Social.

(B) objetivo da República Federativa do Brasil.

(C) fundamento da República Federativa do Brasil.

(D) princípio específico dos Direitos Sociais.

(E) princípio específico dos Direitos e Garantias Fundamentais.

---

45. Considere as seguintes assertivas a respeito da Organização das Nações Unidas – ONU:

I. A Organização das Nações Unidas é uma instituição internacional formada por 192 Estados soberanos, fundada após a 2ª Guerra Mundial.

II. As Nações Unidas são constituídas por seis órgãos principais: a Assembléia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado.

III. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um dos documentos básicos das Nações Unidas e foi assinada em 1948. Nela, são enumerados os direitos que todos os seres humanos possuem.

IV. Todos os órgãos principais das Nações Unidas estão situados na sede da ONU, em Haia, na Holanda.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e III.
(B) I, II e IV.
(C) II, III e IV.
(D) III e IV.
(E) I, II e III.

46. Considere as seguintes assertivas a respeito da responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço:

I. A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

II. O fabricante, o construtor, o produtor ou importador não será responsabilizado quando provar a culpa exclusiva de terceiro.

III. Para efeitos da responsabilidade pelo Fato do Produto ou Serviço, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.

IV. Em regra, o serviço é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

De acordo com a Lei nº 8.078/90 está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e III.
(B) I, II e III.
(C) I, II e IV.
(D) I e II.
(E) II, III e IV.

47. Com relação à decadência e prescrição prevista na Lei nº 8.078/90, é INCORRETO afirmar:

(A) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

(B) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

(C) Em regra, a instauração de inquérito civil, obstará a decadência até o seu encerramento.

(D) No fornecimento de serviços, inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da contratação dos serviços.

(E) prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

48. Mario, proprietário da lavanderia WAWA, faz dolosamente afirmação falsa e omite informação relevante sobre a qualidade e desempenho de seus serviços para a consumidora Joana, professora aposentada com 71 anos de idade, que em razão deste procedimento de Mário contrata os serviços da lavanderia. Neste caso, Mário

(A) comete crime contra as relações de consumo, com circunstância atenuante, uma vez que o crime não foi praticado em época de grave crise econômica ou por ocasião de calamidade e nem ocasionou grave dano coletivo.

(B) não comete crime contra as relações de consumo, uma vez que agiu na qualidade de proprietário de pessoa jurídica com personalidade própria.

(C) não comete crime contra as relações de consumo uma vez que lesionou consumidora individualizada e não a coletividade.

(D) comete crime contra as relações de consumo, com circunstância atenuante, uma vez que o crime não foi praticado em operações que envolvam alimentos, medicamentos ou quaisquer outros produtos ou serviços essenciais.

(E) comete crime contra as relações de consumo, com circunstância agravante, estando sujeito a pena de detenção.

49. Dentre os requisitos do ato administrativo é correto apontar:

(A) forma, motivo, objeto, presunção de legitimidade e auto-executoriedade.

(B) veracidade, exigibilidade, motivo, forma e objeto.

(C) competência, legitimidade, imperatividade, exigibilidade e motivo.

(D) forma, finalidade, presunção de legitimidade, exigibilidade e auto-executoriedade.

(E) competência, finalidade, forma, motivo e objeto.

50. São modalidades de licitação:

(A) concorrência; tomada de preços; concurso; leilão; registro de preços e menor preço.

(B) menor preço; melhor técnica; técnica e preço; concorrência, tomada de preços e convite.

(C) tomada de preços, convite; leilão; menor preço; melhor técnica e pregão.

(D) concorrência; tomada de preços; convite; concurso; leilão e pregão.

(E) concorrência; tomada de preços, pregão; registro de preços; menor preço e melhor técnica.

CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

51. A Lei nº 6.015/73 dispõe sobre

(A) os tabelionatos e cartórios de registro.
(B) o serviço notarial e de registro.
(C) os notários e registradores.
(D) os registros públicos.
(E) a atividade notarial.

52. Quanto à ordem de serviço disposta na Lei nº 6015/73, é correto afirmar que

(A) o valor das despesas, como custas de escrituras, certidões, buscas, averbações e registros constará apenas de recibo emitido pela serventia.

(B) os horários de funcionamento dependem da conveniência do notário ou registrador.

(C) quando o interessado pelo registro for o registrador, ou algum parente seu, em grau que determine impedimento, o ato incumbe ao substituto legal.

(D) a remuneração paga aos notários e registradores é paga pelo Estado delegante e recebe a denominação de emolumentos.

(E) o registro civil das pessoas naturais funcionará somente nos dias úteis, sem exceção.

53. Sobre a Lei nº 11.441/07, que alterou dispositivos do Código de Processo Civil, todas as afirmações abaixo são corretas, EXCETO:

(A) àqueles que se declararem pobres sob as penas da lei, segundo dispõe o CPC, com redação dada pela Lei nº 11.441/07, terão direito à gratuidade na escritura e demais atos notariais.

(B) o inventário e a partilha podem ser feitos por escritura pública quando as partes são maiores e capazes.

(C) só poderá ser lavrada escritura pública se todas as partes interessadas estiverem assistidas por advogado, cuja qualificação e assinatura deverão constar da escritura.

(D) é possível a separação e o divórcio se operarem por escritura pública, desde que, observados os prazos legais, não tenha o casal filhos menores ou incapazes.

(E) as escrituras públicas de inventário, partilha, separação e divórcio só terão eficácia com homologação judicial, após o que constituirão título hábil para o registro de imóveis e o registro civil.

54. Sobre os emolumentos especificados nas tabelas anexas do Regimento de Custas do Estado do Espírito Santo, é correto afirmar que são

(A) despesas com atos extrajudiciais praticados em razão do ofício.

(B) taxas judiciárias.

(C) impostos devidos ao serventuário da Justiça que presta serviço notarial e registral.

(D) despesas com atos judiciais em razão do ofício, aí incluídas as despesas com guarda e conservação de bens depositados e os traslados, as certidões e as públicas-formas extraídas de quaisquer documentos ou atos judiciais ou extrajudiciais, juntados aos autos.

(E) despesas com atos, diligências e documentos protelatórios, bem assim a taxa judiciária pela utilização dos serviços judiciários.

55. A fiscalização sobre a cobrança e recolhimento das custas e emolumentos NÃO compete,

(A) à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção ES.
(B) ao Conselho da Magistratura.
(C) à Corregedoria Geral da Justiça.
(D) à Fazenda Pública Estadual.
(E) aos membros do Ministério Público.

56. Dispõe o art. 37, do Regimento de Custas do Estado do Espírito Santo: *"O servidor do Poder Judiciário e serventuário da serventia não oficializada que retardarem a emissão de guia de recolhimento de custas ou a sua juntada aos autos, quando for o caso, sujeitar-se-ão à pena pecuniária prevista no art. 36, sem prejuízo das responsabilidade civil, administrativa ou penal que couberem."* É competente para aplicação da penalidade cabível, prevista no mencionado art. 36, com relação aos atos das serventias extrajudiciais da comarca, dentre outros, o

(A) Ministério Público.
(B) Juiz de Direito diretor do fórum.
(C) Presidente do Tribunal de Contas.
(D) Procurador-Geral do Estado.
(E) Governador de Estado.

57. Dispõe o art. 42, do Regimento de Custas, que *"contra a cobrança de despesas judiciais e emolumentos indevidos, poderá o interessado reclamar, por petição instruída com a prova documental que tiver, à autoridade judiciária competente, que determinará a autuação"*. Em relação à cobrança de emolumentos indevidos, quanto ao prazo e ao órgão legitimado para apreciar o recurso da decisão proferida na reclamação, é correto afirmar que será de

(A) 30 dias, contados da exigência; para o Conselho da Magistratura, em se tratando de decisão de juiz do primeiro grau.

(B) 20 dias, contados da intimação; para o Tribunal de Justiça, em se tratando de decisão do seu presidente ou do Corregedor Geral da Justiça.

(C) 15 dias, contados da exigência; para a Corregedoria Geral de Justiça, em se tratando de decisão do juiz de primeiro grau.

(D) 10 dias, contados da intimação; para o Conselho da Magistratura, em se tratando de decisão de juiz do primeiro grau.

(E) 05 dias, contados da exigência; para o Tribunal de Justiça, em se tratando de decisão do seu presidente ou do Corregedor Geral da Justiça.

58. As dúvidas suscitadas, em relação às tabelas de emolumentos das serventias extrajudiciais, serão resolvidas pelo

(A) Plenário do Tribunal de Justiça.
(B) Juiz de Direito diretor do fórum.
(C) Corregedor Geral de Justiça.
(D) Conselho da Magistratura.
(E) Governador de Estado.

59. O Fundo de Apoio ao Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Espírito Santo – FARPEN é instituto sem personalidade jurídica e tem como uma das fontes de receitas a contribuição de custeio dos atos gratuitos praticados pelos registradores das pessoas naturais, incidente sobre os atos lançados em livros de notas e de registros públicos. Sobre esta contribuição, considere as afirmações a seguir:

I. é devida pelos titulares dos serviços notariais e de registro, que ficam obrigados a repassá-los ao Fundo de Apoio ao Registro das Pessoas Naturais do Estado do Espírito Santo – FARPEN, no prazo de forma estabelecidos nesta Lei;

II. os valores repassados ao FARPEN pelos titulares dos serviços notariais e de registro são acrescidos dos emolumentos e cobrados dos usuários;

III. a fiscalização sobre o recolhimento da contribuição ao FARPEN será feita pela Corregedoria Geral de Justiça;

IV. os oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais receberão, a título de compensação por todos os atos que praticam, gratuitos ou não, com recursos provenientes do fundo, o valor de R$ 20,00 por ato, até o dia 10 de cada mês, mediante depósito, ficando assegurado um piso mínimo de 300 VRTE, independente do número de atos realizados.

São verdadeiras APENAS as afirmativas

(A) II, III e IV.
(B) I e II.
(C) II e III.
(D) I e III.
(E) I, II e IV.

60. O registro público tem a finalidade de dar publicidade a ato, negócio ou direito. Sobre a publicidade, dispõe a Lei de Registros Públicos que os oficiais e encarregados das serventias extrajudiciais são obrigados a lavrar certidão do que lhes for requerido. Deste modo, a certidão pode ser lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos. Sobre as certidões de registro, é INCORRETO afirmar:

(A) sempre que houver qualquer alteração posterior ao ato cuja certidão é pedida, o oficial não deve mencioná-la de ofício, sob pena de responsabilidade civil e penal.

(B) a certidão de inteiro teor poderá ser extraída por meio reprográfico.

(C) as certidões do Registro Civil de Pessoas Naturais mencionarão, sempre, a data em que foi lavrado o assento.

(D) as certidões de nascimento mencionarão, dentre outros elementos, a data por extenso, do nascimento e o lugar onde o fato houver ocorrido.

(E) o prazo máximo previsto em lei para expedição de certidão é de 5 dias, não podendo ser retardada, sob pena de ser aplicada sanção disciplinar ao oficial.

61. Excepcionalmente, o sigilo na certidão é previsto em lei. Salvo em casos de determinação judicial para que conste o inteiro teor do registro ou averbação, haverá omissão em certidão de nascimento de fatos constantes à margem do registro

(A) das interdições, com data da sentença e limites da curadoria.

(B) de nomes, prenomes, naturalidade e profissão dos pais.

(C) do fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido.

(D) da averbação do nome alterado em razão de fundada coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de crime.

(E) do nome do pai, quando se tratar de filho ilegítimo, ainda que tenha havido reconhecimento voluntário.

62. Sobre a terminologia empregada na Lei de Registros Públicos, considere os seguintes conceitos:

I. ato praticado pelo oficial, à margem do assento existente, de fato jurídico que o modifica ou cancela, decorrendo de carta de sentença, mandado ou petição acompanhada de certidão ou documento legal ou autêntico, com audiência do Ministério Público;

II. ato praticado pelo oficial, à margem dos assentos, consistente em remissões recíprocas dos registros e averbações feitas nos livros, como acontece, por exemplo, com o óbito em relação aos assentos de casamento e nascimento.

São conceitos, respectivamente, de:

(A) anotação e comunicação.
(B) averbação e anotação.
(C) anotação e remissões recíprocas.
(D) averbação e comunicação.
(E) comunicação e remissões recíprocas.

63. Havendo exigência a ser satisfeita, o oficial indicá-la-á por escrito. Não se conformando o apresentante com a exigência do oficial, ou não a podendo satisfazer, deverá

(A) representar o oficial junto ao Ministério Público, para instauração de inquérito civil para apuração de ilegalidade na exigência feita pelo oficial.

(B) peticionar ao juiz de direito para que seja judicialmente dispensada a exigência do oficial.

(C) suscitar procedimento administrativo de dúvida ao juiz de direito do fórum, para que apure a regularidade da exigência feita pelo oficial.

(D) representar o oficial junto à Corregedoria Geral de Justiça, para que sejam aplicadas sanções administrativas em caso de recusa de registro por desatendimento, pelo interessado, de exigência anteriormente feita.

(E) requerer ao oficial, com razões de inconformismo e declaração de dúvida, que seja suscitada dúvida, ao juiz competente do descabimento da exigência do oficial, atendendo-se ao procedimento estatuído na Lei nº 6.015/73.

64. "Jose", do sexo feminino, com 18 anos completos, pretende ver retificado seu assento de nascimento, visto constar erro de grafia consistente em acento agudo sobre a letra “E” de seu prenome, estando grafado como “Jos**é**”. Diante deste fato, a retificação deste registro

(A) deverá ser proposta ação de justificação para provar que José e Jose são a mesma pessoa e que houve um erro de grafia, deferindo-se a retificação pelo juiz de direito, após oitiva do oficial do registro civil do lugar em que consta o assento de nascimento.

(B) deverá ser feita em cumprimento de sentença proferida em ação de retificação de registro civil, procedimento de jurisdição voluntária, dispensada a participação do Ministério Público.

(C) poderá ser feita em cumprimento de sentença proferida em ação de retificação de nome, em processo contencioso, dispensada a participação do Ministério Público.

(D) poderá ser processada no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pela interessada, que será autuada e remetida ao Ministério Público e após conclusos ao juiz para decisão sobre o pedido.

(E) deverá ser processada no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pela interessada, que será autuada e remetida ao juiz de direito para colheita de provas, dentre elas de exame médico para atestar o sexo da interessada, proferindo, em seguida, a sentença.

65. Dentre os princípios que regem os registros públicos, existe o Princípio da Continuidade, que expressa a necessidade de encadeamento entre assentos pertinentes. Pode ser considerado expressão do Princípio da Continuidade a seguinte exigência constante da Lei nº 6.015/73:

(A) possibilidade de registro de imóvel matriculado, ainda que o título precedente não tenha sido registrado, bastando, o último registro até então efetivado.

(B) obrigatoriedade de referência à matrícula ou registro anterior na escritura ou instrumento particular.

(C) omissão quanto à origem da filiação na certidão de nascimento.

(D) numeração de página de um livro correspondendo ao número de ordem dentro deste livro, fazendo-se menção sempre ao número de ordem de cada livro, pois que o número do livro é que faz a diferença.

(E) impossibilidade de novo registro de título anterior registrado em ofício de registro de imóveis diverso do registro anterior.

66. Sobre a divisão judiciária do Estado do Espírito Santo é correto afirmar que

(A) as zonas judiciárias ou comarcas receberão, qualquer que seja a instância, três juízes substitutos.

(B) o território do Estado do Espírito Santo, para efeitos de administração da Justiça, divide-se em zonas judiciárias, também denominadas comarcas.

(C) as comarcas classificam-se em 4 instâncias.

(D) o desdobramento de juízos ou criação de novas varas dependerá de proposta da Corregedoria Geral de Justiça, quando tiver um movimento mínimo de dois mil feitos ajuizados anualmente.

(E) a criação de nova comarca dependerá, dentre outros requisitos, de população mínima de vinte mil habitantes e dez mil eleitores no município sede da comarca.

67. Dentro das recentes reformas do Código de Processo Civil, a Lei nº 11.441, de 04/01/2007, passou a disciplinar a possibilidade de divórcio, separação judicial, conversão de separação em divórcio, inventário e partilha fora do Poder Judiciário. Estes atos poderão ser realizados no

(A) Tabelionato de Notas.
(B) Registro de Imóveis.
(C) Tabelionato de Protesto.
(D) Registro Civil das Pessoas Naturais.
(E) Registro de Títulos e Documentos.

68. Às serventias extrajudicias caberá a remuneração por

(A) taxa extrajudicial de serviço.
(B) taxa de fiscalização.
(C) custas extrajudiciais.
(D) emolumentos.
(E) repasse de verbas estaduais.

69. Sobre a Justiça e o Juiz de Paz, de acordo com o Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo, é correto afirmar:

(A) o Juiz de Paz exerce mandato de quatro anos, sendo vedada sua reeleição.

(B) integram o Poder Executivo.

(C) integram o Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais.

(D) a idade mínima para o Juiz de Paz é de 35 anos, quando adquire a cidadania plena.

(E) o Juiz de Paz será indicado e nomeado por Portaria do Juiz de Direito da Comarca.

70. Sobre o Conselho Superior da Magistratura do Estado do Espírito Santo, é correto afirmar que

(A) é competente para julgar os conflitos de jurisdição entre juízes de primeiro grau.

(B) tem função disciplinar.

(C) tem função fiscalizadora.

(D) é composto pelos membros do Tribunal Pleno.

(E) atua na defesa de direitos e interesses individuais e coletivos apontados como ilegais no âmbito do judiciário.

CONHECIMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS SOBRE AS FUNÇÕES NOTARIAIS E DE REGISTRO

71. Sobre os serviços notariais e de registro é correto afirmar que

(A) visam aperfeiçoar a prática do ato jurídico, que até então não gozam de eficácia e exigibilidade.

(B) são serviços privados, prestados em nome e por conta do notário ou registrador.

(C) destinam-se a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.

(D) são serviços judiciais delegados ao particular, que os executa por sua conta e risco.

(E) são exercidos em sua totalidade por oficiais de registro, servidores públicos dotados de fé pública.

72. São deveres dos notários e registradores, EXCETO:

(A) guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão.

(B) atender as partes com eficiência, urbanidade e presteza.

(C) afixar em local visível, de fácil leitura e acesso ao público, as tabelas de emolumentos em vigor.

(D) manter em arquivos as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade.

(E) fazer intermediação de seus serviços ou de qualquer cargo, emprego ou função pública.

73. O art. 236, da Constituição Federal de 1988, dispõe sobre os serviços notariais e de registro. A Lei nº 8.935/94 trata do ingresso na atividade notarial e de registro, regulamentando o dispositivo constitucional em tela. Sobre esta matéria, é correto afirmar que

(A) os notários e registradores exercem função pública delegada, que se dá após aprovação em concurso público de provimento inicial ou de remoção.

(B) haverá delegação de serviço público.

(C) o ingresso na função notarial e de registro se dá por nomeação para cargo em comissão, após aprovação em concurso público.

(D) somente bacharéis em direito estão habilitados a prestar o concurso público para ingresso no serviço notarial e de registro.

(E) não se admite vacância de serviço notarial e de registro por mais de um ano, exigindo-se que, decorrido este prazo, seja aberto concurso de remoção.

74. Acerca do regime de trabalho dos prepostos dos notários e registradores, é correto afirmar que

(A) os substitutos ocupam cargos públicos e os escreventes e auxiliares são empregados públicos, mas todos são concursados.

(B) podem ser contratados pelo regime estatutário ou celetista, a critério do titular da serventia.

(C) os substitutos são servidores estatutários e os escreventes e auxiliares são empregados submetidos ao regime celetista.

(D) são escreventes e auxiliares empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho.

(E) não possuem vínculo empregatício com os notários e registradores, sendo empregados públicos diretamente concursados e lotados nas serventias.

75. Dispõe a Lei nº 8.935/94 que extinguir-se-á a delegação a notário ou oficial de registro, dentre outras formas, pela aposentadoria facultativa. O STF já se pronunciou em várias oportunidades sobre a questão de aposentadoria compulsória de notários e registradores. Deste modo, considerando o posicionamento do STF e a Lei nº 8.935/94, é correto afirmar que

(A) a Lei nº 8.935/94 teve declarado inconstitucional o dispositivo que prevê extinção da delegação com aposentadoria facultativa, já que a extinção só pode se dar com a aposentadoria compulsória.

(B) os notários e registradores não se submetem ao regime da aposentadoria compulsória aos setenta anos por não serem servidores públicos, mas sim ocupantes de função pública delegada.

(C) os notários e registradores são considerados servidores públicos e, nesta qualidade, estão submetidos também ao regime da aposentadoria compulsória.

(D) os notários são excluídos do regime da aposentadoria compulsória, porque apenas exercem função pública delegada, ao passo que os registradores equiparam-se a servidores públicos ocupantes de cargo em comissão.

(E) só tem cabimento falar em aposentadoria compulsória aos setenta anos para os notários e registradores que alcançaram esta idade depois da EC 40/98, que alterou a regra constitucional para aposentadoria compulsória.

76. Nos termos da Lei nº 8.935/94, poderá ocorrer extinção de serventia extrajudicial, com anexação de suas atribuições ao serviço da mesma natureza mais próximo ou àquele localizado na sede do respectivo Município ou de Município contíguo, na hipótese de

(A) por aposentadoria facultativa do titular da serventia e conseqüente aposentadoria facultativa do substituto mais antigo.

(B) renúncia do notário ou registrador titular da serventia, sem que exista substituto para que possa permanecer na função até abertura de concurso.

(C) impossibilidade de se prover, por concurso público, a titularidade do serviço notarial ou de registro, por desinteresse ou inexistência de candidatos.

(D) extinção da delegação dada ao notário ou registrador e não abertura de concurso público para provê-la no prazo máximo de um ano.

(E) perda da delegação por sentença judicial irrecorrível em que serão condenados o notário ou registrador e seus substitutos.

77. Será nomeado interventor, na serventia extrajudicial, no caso

(A) de invalidez temporária do titular da serventia, quando este não seja concursado nos termos da Magna Carta.

(B) de decisão decorrente de processo administrativo instaurado pelo juízo competente, para apurar falta grave cometida pelo titular da serventia.

(C) do afastamento do titular da serventia por motivo de foro íntimo.

(D) de aplicação de pena de extinção da delegação por decisão judicial irrecorrível que condena o titular da serventia por crime contra a administração.

(E) de suspensão do titular da serventia, preventivamente, pelo prazo de 90 dias, prorrogável por mais 30 dias, para apuração de faltas a este imputadas.

78. Aos notários e registradores que praticarem infrações disciplinares previstas na Lei nº 8935/94 podem ser aplicadas, conforme a gravidade, em grau crescente, as penas de:

(A) repreensão; advertência; multa; suspensão por 30 dias; intervenção por 90 dias, prorrogável por mais 30 dias; perda da delegação.

(B) repreensão; multa; suspensão por 90 dias, prorrogável por mais 30 dias; perda da delegação.

(C) multa; advertência; intervenção por 90 dias, prorrogável por mais 90 dias; extinção da delegação.

(D) advertência; multa; suspensão por 30 dias; extinção da delegação.

(E) multa; repreensão; suspensão por 60 dias, prorrogável por mais 60 dias; perda da delegação.

79. Sobre a escrituração dos livros, dispõe o Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo que

(A) o Cartório de Registro de Imóveis deve utilizar seis livros, identificados com as letras A, B, C, D, E e F. O livro A poderá ser substituído por fichas por expressa autorização da Lei de Registros Públicos.

(B) o Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais deve utilizar três livros, identificados com as letras A, B e C. O primeiro para registro dos nascimentos, óbitos e natimortos.

(C) o Tabelionato de Notas deve utilizar quatro livros, assim divididos: livro de Escritura de Compra e Venda, livro de Escrituras Diversas, livro de Procurações e Substabelecimentos e livro de Registro de Procurações.

(D) o Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas deve utilizar três livros, identificados com as letras A, B e C. O terceiro para registro de contratos, atos constitutivos e estatutos da sociedades civis.

(E) o Cartório de Protesto deve utilizar cinco livros obrigatórios. O último será o livro de solicitação de retirada de documento pelo apresentante.

80. Não é vedado ao tabelião de notas, conforme Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, o reconhecimento de firma

(A) em contrato particular de venda e compra de bem imóvel de valor superior a trinta salários mínimos.

(B) em documento sem data.

(C) em documento assinado em branco.

(D) em compromisso de compra e venda de bem imóvel redigido em idioma estrangeiro.

(E) em contrato de exportação redigido em idioma estrangeiro.

81. Sobre a contagem de prazo para lavratura do protesto, é correto afirmar que o prazo

(A) conta-se da intimação que retorna sem efeito, ainda que posteriormente tenha sido publicado edital de intimação.

(B) é de três dias úteis da apresentação do título, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do final na contagem.

(C) é de um dia útil a contar da efetiva intimação, excluindo o dia do começo na contagem.

(D) para protesto é de três dias úteis da intimação, incluindo o dia do começo.

(E) para protesto é de dois dias úteis da apresentação e de um dia útil da intimação, totalizando três dias úteis, excluindo o dia da apresentação.

---

82. É atribuição do cartório de Registro de Títulos e Documentos, dentre outras, o registro

(A) de testamentos e codicilos.

(B) de instrumentos públicos, para prova das obrigações legais.

(C) de imóvel rural.

(D) que não for de atribuição específica de outro ofício.

(E) de contratos de compra e venda de bens imóveis objeto de incorporação.

---

83. Sobre registros e averbações de atos constitutivos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, é correto afirmar que

(A) quando a averbação ou o registro de alterações de contratos de associação e sociedades civis, sem que os atos constitutivos registrados estejam registrados no mesmo cartório, deverá ser aberta uma matrícula primeiro, fazendo referência à matrícula original.

(B) devem ser registrados os atos constitutivos de sociedades cooperativas de *factoring*.

(C) o registro de atos constitutivos cujo objetivo envolva atividade privativa de profissionais habilitados pelos respectivos órgãos de classe, como a *Ordem dos Advogados do Brasil,* não será feito sem a prévia comprovação da referida qualificação.

(D) o registro dos atos constitutivos e averbações das fundações, inclusive de *previdência privada*, só se fará com a aprovação do Ministério Público e do INSS conjuntamente.

(E) deverá ser feito o registro ou a matrícula de oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias, no mesmo município, ou de outros com a mesma denominação, variando apenas o número do registro por letra do alfabeto.

84. Tício, com 60 anos de idade, pretende ver retificado seu registro de nascimento, para suprimir referência à espécie de filiação, já que consta na observação se tratar de filho ilegítimo adulterino. O cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais

(A) poderá fazer a alteração após requerimento escrito dirigido ao juiz de direito competente em matéria de registros públicos, que decidirá depois de ouvido o Ministério Público, fundado na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.560/92.

(B) não poderá fazer esta alteração, por ser ato jurídico perfeito, já que a lei não pode retroagir para ferir o ato jurídico perfeito, conforme disposição constitucional neste sentido.

(C) não poderá fazer esta alteração, por ser impossível qualquer alteração no registro de nascimento, salvo as averbações previstas em lei, onde não se inclui esta hipótese.

(D) poderá fazer a alteração após procedimento judicial de justificação para provar que esta condição é falsa, visto ser o registro expressão da verdade.

(E) poderá fazer a alteração após anuência do Ministério Público em procedimento oficioso perante instaurado pelo Oficial do Registro Civil, com fundamento constitucional e na Lei nº 8.560/92.

---

85. A Constituição Federal assegura às pessoas que vivem em união estável a facilitação legal para conversão em casamento. O procedimento para esta conversão ficou a cargo dos Estados, já que a lei nacional, Código Civil, não é expressa quanto à forma de conversão. No Estado do Espírito Santo, a conversão da união estável em casamento se dá

(A) perante o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais, mediante requerimento e declaração de que vivem em união estável, com realização de procedimento de habilitação, constando do edital que se trata de conversão de união estável em casamento, e após vista ao Ministério Público, é lavrado o assento de conversão.

(B) perante a Vara de Família, após requerimento de ambos os conviventes ao juiz de direito competente, que, após justificação com oitiva de duas testemunhas e, ouvido o Ministério Público, decidirá em cinco dias, expedindo-se o competente mandado para registro do casamento em livro próprio no cartório de Registro Civil de domicílio dos conviventes.

(C) perante a Vara Cível, mediante requerimento dos conviventes, após relatório do Oficial do Registro Civil, que deverá produzir as provas e fazer a habilitação, remetendo os autos a juízo para que, após ouvido o Ministério Público, decida o juiz em cinco dias, expedindo mandado de averbação ao cartório competente.

(D) perante a Vara de Família, mediante requerimento dos conviventes, após a habilitação concluída no Cartório de Registro Civil, que a remeterá a juízo para que, após ouvido o Ministério Público, decida o juiz em cinco dias, expedindo mandado para registro ao cartório competente.

(E) perante a Vara de Registros Públicos, por requerimento de homologação da conversão de união estável em casamento, após justificação das parte interessadas e de duas testemunhas, ouvido o Ministério Público, mediante sentença homologatória e expedição de mandado de registro ao cartório.

86. Sobre a mudança de regime de bens no casamento, dispõe o Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Espírito Santo:

(A) deve ser feito requerimento ao Oficial de Registro Civil onde consta assento de casamento, para que promova a instauração do procedimento e remeta ao juízo competente.

(B) a competência para processar e julgar o pedido de modificação de regime de bens é da Vara de Registros Públicos.

(C) decorre de pedido formulado por ambos os cônjuges ao juiz de direito competente, em procedimento de jurisdição voluntária.

(D) se processa perante o Tabelionato de Notas, através de escritura pública que revogará o pacto antenupcial.

(E) só pode ser feito em casamentos celebrados após a vigência do Código Civil de 2002, ou seja, casamentos celebrados a partir de 10 de janeiro de 2002.

87. Sobre as certidões que podem ser expedidas pelo Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar que

(A) a certidão deve ser emitida nos estritos limites especificados no pedido, sem qualquer elemento posterior que não tenha sido objeto do requerimento.

(B) é vedada a certidão de inteiro teor quando houver dados que não possam ser mencionados, salvo por ordem judicial.

(C) será fornecida à pessoa legitimamente interessada certidão do mandado que determinou o registro da sentença de adoção.

(D) a certidão deverá mencionar toda a e qualquer alteração constante do registro, inclusive averbações.

(E) a certidão é também denominada pública-forma.

88. Sobre matrícula, registro e averbação no Registro Imobiliário, conforme o Código de Normas da CGJES, é correto afirmar que

(A) as cópias reprográficas de documentos particulares serão consideradas documentos hábeis para registro e averbação, desde que autenticadas por tabelião.

(B) no desmembramento ou divisão de imóvel, será aberta uma única matrícula para cada uma das partes resultantes, e nesta matrícula, será registrado o título da divisão.

(C) as escrituras antenupciais serão registradas no serviço registral do domicílio conjugal, sem prejuízo de sua averbação obrigatória no lugar da situação dos imóveis de propriedade do casal, ou dos que forem sendo adquiridos e sujeitos ao regime de bem diverso do legal.

(D) não serão admitidos, para matrícula no registro geral, títulos nos quais os imóveis sejam caracterizados com medidas ou áreas enunciadas por aproximação, mediante a utilização de expressões tais como "*mais ou menos", "aproximadamente" e "cerca de".*

(E) não será objeto de averbação, na matrícula ou no registro, os atos de tombamento definitivo de imóveis, movidos pelo Poder Público.

89. No Estado do Espírito Santo é obrigatório o uso de selo de fiscalização em todos os atos notariais e de registro. Cada ato notarial ou de registro receberá um número de Selos de Fiscalização, obedecidas as seguintes instruções:

I. Quando o documento possuir mais de um ato, serão apostos tantos selos quanto o número de atos e/ou, de acordo com valor de face, o número necessário para expressar o valor do emolumento correspondente ao ato.

II. Caso o documento possua mais de uma via e constituir um único ato o selo deverá ser afixado/colado em cada uma delas, fazendo-se ressalva de que se referem os selos a um único ato.

III. Pela autenticação de cópia, frente e verso de documentos de identidade, título de eleitor, cartão de identificação do contribuinte ou outros assemelhados será aplicado um único Selo de Fiscalização.

IV. Quando o documento possuir mais de uma folha e vários atos, os selos correspondentes aos mesmos poderão ser distribuídos pelo documento e/ou, de acordo com valor de face, o número necessário para expressar o valor do emolumento.

São verdadeiras APENAS as afirmativas

(A) II e IV.
(B) I e II.
(C) I e III.
(D) I e IV.
(E) II e III.

90. Sobre a utilização de selos de fiscalização nos atos notariais e registrais, é correto afirmar que serão seguidas as seguintes instruções na sua aplicação:

(A) o valor unitário do SELO DE FISCALIZAÇÃO deverá ser repassado ao usuário do serviço notarial e de registro, para reembolso do pagamento prévio efetuado pelo notário ou registrador.

(B) na escritura de compra e venda será aplicada a quantidade de Selos necessária para expressar o valor do emolumento correspondente ao ato, sendo observado o valor de face, mais um selo padrão.

(C) nos registros de alterações de contratos sociais e arquivamento de contratos, aplicar-se-á a quanti-dade necessária de Selos, para expressar o valor do emolumento correspondente ao ato, sendo observado o valor de face, mais dois selos para arquivamento.

(D) nos tabelionatos de protestos que não utilizarem o sistema de boleto de cobrança bancária, os selos relativos ao pagamento, à retirada, ao protesto ou ao cancelamento poderão ser colados, ou no próprio título apresentado ou no recibo entregue ao apresentante ou no próprio instrumento (nos casos de protesto e cancelamento), sendo um selo padrão e dois selos arquivamento.

(E) para atos GRATUITOS, como por exemplo, de registro civil de nascimento e do assento de óbito das respectivas primeiras certidões expedidas, bem como na situação dos reconhecidamente pobres, será identificado pela cor VERDE e a expressão "ATO GRATUITO".